



ANEXO AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

Descrição do documento de prestação de contas - SNC-AP integral	
Demonstrações financeiras (individuais)	
Balanço	NCP 1
Demonstração de resultados por natureza	NCP 1
Demonstração das alterações no património líquido	NCP 1
Demonstração dos fluxos de caixa	NCP 1
Anexo às demonstrações financeiras	NCP 1
1. Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico	Q1 - Desagregação de caixa e depósitos
2. Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	Q2 - Reexpressão retrospectiva
3. Ativos intangíveis	Q 3.1 - AI - variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas Q 3.2 - AI - quantia escriturada e variações no período Q 3.2A - AI - desagregação das adições Q 3.2B - AI - desagregação das diminuições Q 3.3 - Excedentes de revalorização
4. Acordos de concessão de serviços: concedente	Q4 - Contratos concessão (concedente)
5. Ativos fixos tangíveis	Q 5.1 - AFT - variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas Q 5.2 - AFT - quantia escriturada e variações no período Q 5.2A - AFT - desagregação das adições Q 5.2B - AFT - desagregação das diminuições Q 5.3 - Excedentes de revalorização
6. Locações	Q 6.1 - Locações financeiras - Locatário Q 6.2 - Locações operacionais - Locatário Q 6.3 - Locações financeiras - Locador Q 6.4 - Locações operacionais - Locador
7. Custos de empréstimos obtidos	Q7.1 - Empréstimos obtidos - Empréstimos bancários
8. Propriedades de investimento	Q 8.1 - PI (modelo justo valor) - quantia escriturada e movimentos do período Q 8.2 - PI (modelo do custo) - quantia escriturada e movimentos do período Q 8.1A - PI (modelo justo valor) - desagregação das adições Q 8.2A - PI (modelo do custo) - desagregação das adições Q 8.1B - PI (modelo justo valor) - desagregação das diminuições Q 8.2B - PI (modelo do custo) - desagregação das diminuições
9. Imparidade de ativos	Q9.1 - Imparidade de ativos geradores de caixa e ativos não geradores de caixa
10. Inventários	Q10.1 - Inventários Q10.2 - Inventários: movimentos do período
11. Agricultura	Q11.1 - Agricultura (variações)
12. Contratos de construção	Q12.1 - Contratos de construção
13. Rendimento de transações com contraprestação	-
14. Rendimento de transações sem contraprestação	Q14.1 - Rendimentos sem contraprestação
15. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	Q15.1 - Provisões
16. Efeitos de alterações em taxas de câmbio	-
17. Acontecimentos após a data de relato	-
18. Instrumentos financeiros	Q18.1 - Ativos financeiros Q18.2 - Passivos financeiros Q18.3 - Instrumentos de cobertura de riscos Q18.4 - Outros investimentos financeiros que não sejam participações de capital Q19.1 - Valor presente da obrigação de benefícios definidos Q19.2 - Justo valor dos ativos do plano e dos direitos de reembolso reconhecidos como ativo Q19.3 - Gastos reconhecidos no período
19. Benefícios dos empregados	Q 20.1 - Listagem de entidades controladas Q 20.2 - Transações entre partes relacionadas
20. Divulgações de partes relacionadas	-
21. Relato por segmentos	-
22. Interesses em outras entidades	-
Balancete analítico da contabilidade orçamental e financeira (classe 0 à 8) - mês 14	Norma Técnica 1/2017
Balancete analítico da contabilidade orçamental e financeira (classe 0 à 8) - mês 13	Norma Técnica 1/2017
Demonstrações financeiras previsionais	
Balanço previsional	NCP 1
Demonstração de resultados por natureza previsional	NCP 1
Demonstração dos fluxos de caixa previsional	NCP 1
Demonstrações orçamentais	
Demonstrações previsionais	
Orçamento e Plano Orçamental Plurianual	NCP 26
Plano plurianual de investimentos (PPI)	NCP 26
Demonstrações de relato (individuais)	
Demonstração de desempenho orçamental	NCP 26
Demonstração de execução orçamental da receita	NCP 26
Demonstração de execução orçamental da despesa	NCP 26
Demonstração da execução do plano plurianual de investimentos	NCP 26
Anexo às demonstrações orçamentais	NCP 26
1. Alterações orçamentais da receita	NCP 26
2. Alterações orçamentais da despesa	NCP 26
3. Alterações ao plano plurianual de investimentos	NCP 26
4. Operações de tesouraria	NCP 26
5.1 Contratação administrativa - situação dos contratos	NCP 26
5.2 Contratação administrativa - adjudicações por tipo de procedimento	NCP 26
6.1 Transferências e subsídios concedidos	NCP 26
6.2 Transferências e subsídios recebidos	NCP 26
7. Outras divulgações	NCP 26
Dívidas a terceiros por antiguidade dos saldos	Norma Técnica 1/2017
Encargos contratuais	Norma Técnica 1/2017
Contabilidade de gestão	
Relatórios periódicos de relato à gestão (parágrafo 33 NCP 27)	NCP 27
Relatório de gestão (parágrafo 34 NCP 27) se a informação não estiver incluída em outro documento de prestação de contas	NCP 27
Outros	
Correspondência entre o plano de contas local e plano de contas central	Norma Técnica 1/2017

Demonstrações Financeiras

1 – Balanço

Município de Fornos de Algodres		Balanço a 31.12.2020	
Rubricas	Notas	SNC-AP	Norm. Anterior
		31/12/2020	31/12/2019
ATIVO			
Ativo Não Corrente			
Ativos Fixos Tangíveis	0 / 5	31 643 898,83	33 317 134,04
Propriedades de Investimento	0 / 8	105 393,53	0,00
Ativos Intangíveis	0 / 3	39 083,52	116 131,33
Participações Financeiras	18.2.2	417 579,00	417 579,00
		32 205 954,88	33 850 844,37
Ativo Corrente			
Inventários	10	7 632,49	7 940,18
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	0 / 18.2.1	58 619,98	58 769,52
Clientes, contribuintes e utentes	0 / 9 / 18.2.1	98 117,01	104 315,14
Estado e outros entes públicos	23.2	3 105,94	979,72
Outras contas a receber	18.2.1	930 151,11	878 450,39
Diferimentos		5 792,10	24 964,45
Caixa e Depósitos	0 / 1. c)	1 249 076,94	534 130,62
		2 352 495,57	1 609 550,02
Total do Ativo		34 558 450,45	35 460 394,39
PATRIMONIO LÍQUIDO			
Património / Capital	23.3	3 901 527,41	3 901 527,41
Resultados Transitados	0 / 23.3	(8 593 504,16)	(8 298 196,03)
Outras Variações no Património Líquido	0 / 23.3	8 992 793,96	0,00
Resultado Líquido do Período	23.3	381 654,35	48 191,41
Total do Património Líquido		4 682 471,56	(4 348 477,21)
PASSIVO			
Passivo Não Corrente			
Provisões	15 / 18.2.1	2 354 901,42	2 577 099,86
Financiamentos Obtidos	18.2.1	26 870 612,21	26 374 340,24
Outras Contas a Pagar	18.2.1	106 402,47	106 402,47
		29 331 916,10	29 057 842,57
Passivo Corrente			
Fornecedores	18.2.1	5 991,71	9 586,43
Estado e outros entes públicos	0 / 18.2.1 / 23.2	38 369,76	32 063,37





Financiamentos Obtidos	18.2.1	0,00	661 695,96
Fornecedores de Investimentos	18.2.1	0,00	676,50
Outras contas a pagar	0 / 18.2.1	499 701,32	481 173,76
Diferimentos	0	0,00	9 565 833,01
		544 062,79	10 751 029,03
Total do Passivo		29 875 978,89	39 808 871,60
Total do Património Líquido e Passivo		34 558 450,45	35 460 394,39

2 - Demonstração de Resultados por Natureza

Município de Fornos de Algodres		Demonstração dos Resultados	
RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	31/12/2020	31/12/2019
Impostos, Contribuições e Taxas	13 / 14	904 010,88	812 445,90
Vendas	13	246,12	141 672,85
Prestações de Serviços e Concessões	13	291 185,22	229 763,08
Rendimentos / Gastos imputados de entidades controladas, associadas		(378,89)	0,00
Transferências e subsídios correntes obtidos	14	4 515 820,79	4 933 360,44
Custos das mercadorias vendidas e das materiais consumidas		(183 495,43)	(188 010,96)
Fornecimentos e Serviços Externos	23.4	(1 559 802,84)	(1 761 331,72)
Gastos com Pessoal	19.1	(2 331 264,18)	(1 841 418,26)
Transferências e Subsídios concedidos	18.2.3	(420 817,95)	(350 032,99)
Prestações Sociais		(18 512,95)	0,00
Provisões (aumentos/reduções)	14 / 15	221 724,53	(1 164,78)
Outros rendimentos e ganhos	13	1 763 672,72	1 059 096,28
Outros gastos e perdas		(43 155,59)	(85 652,01)
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		3 139 232,43	2 948 727,83
Gastos / Reversões de depreciação e amortização	3 / 5 / 8	(2 281 923,82)	(2 419 121,54)
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento)		857 308,61	529 606,29
Juros e rendimentos similares obtidos	13	2 949,65	0,00
Juros e gastos similares suportados		(478 603,91)	(481 414,88)
Resultado antes de impostos		381 654,35	48 191,41
Imposto sobre o rendimento			
Resultado Líquido do Período		381 654,35	48 191,41

3 - Demonstração das Alterações ao Património Líquido

Ver documento no Anexo I

4 - Demonstração de Fluxos de Caixa

Ver documento no Anexo II

5 - Anexo às Demonstrações Financeiras

Nota 0 – Adoção pela primeira vez do SNC-AP – Divulgação Transitórias

As presentes demonstrações financeiras são as primeiras apresentadas em conformidade com as Normas de Contabilidade Pública (NCP).

a) A forma como a transição dos normativos anteriores para as NCP afetou a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa relatados:

O impacto resultante da transição do anterior normativo (POCAL) para as NCP, não afetou significativamente, a posição financeira do Município de Fornos de Algodres, nem o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa relatados;

b) Reconciliação do património líquido relatado segundo os normativos anteriores com o património líquido segundo as NCP, entre a data de transição para as NCP e o final do último período apresentado nas mais recentes demonstrações financeiras anuais, elaboradas segundo os normativos anteriores:

O processo de reconciliação do património líquido relatado segundo os normativos anteriores com o património líquido segundo as NCP, foi feito de modo a assegurar o cumprimento das NCP, em particular as normas sobre os ativos tangíveis e intangíveis.

c) Reconciliação do resultado relatado segundo os normativos anteriores, relativo ao último período das mais recentes demonstrações financeiras anuais, com o resultado segundo as NCP relativo ao mesmo período:

Não aplicável em conformidade com o manual de implementação do sistema de normalização contabilística da Administração Pública.

d) Reconhecimento ou reversão, pela primeira vez, de perdas por imparidade ao preparar o balanço de abertura de acordo com as NCP (divulgações que, de acordo com o nota 9, seriam exigidas se o reconhecimento dessas perdas por imparidade ou reversões tivesse







ocorrido no período que começa na data de transição para as NCP):

Na sequência do disposto na alínea b) não foram desenvolvidos quaisquer procedimentos de reconhecimento ou reversão de perdas por imparidade ao preparar o balanço de abertura.

e) Distinção, nas reconciliações das alíneas (b) e (c), entre correção de erros cometidos em períodos anteriores e alterações às políticas contabilísticas segundo os normativos anteriores (se aplicável):

Não aplicável a correção de erros cometidos em períodos anteriores e alterações às políticas contabilísticas segundo o POCAL.

f) Se as primeiras demonstrações financeiras de acordo com as NCP são as primeiras demonstrações financeiras apresentadas:

Conforme referido anteriormente estas são as primeiras declarações financeiras apresentadas de acordo com as NCP, não obstante a existência de algumas derrogações em sede de implementação do atual normativo contabilístico.

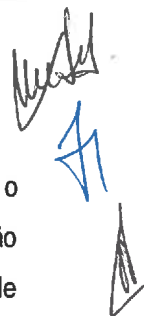
De referir que na transição para o SNP foram efetuadas, num primeiro momento, a transição e classificação no sistema contabilístico das equivalências entre planos, a 31/12/2019, e, posteriormente, a transferência e reconversão de contas de acordo com o CC 2 – Classificador Complementar, que configura o Balanço de Abertura a 01/01/2020.

Nos investimentos em curso foram reconhecidas no SNP, todas as obras que cursaram de anos anteriores (POCAL – Conta 445) por conta de “Saldos Iniciais” a 31/12/2019.

Procedeu-se ao levantamento / desreconhecimento dos bens que não acarretam benefícios económicos para o Município, nomeadamente licenças e softwares de computadores registados na conta “Programas de computador de informação”, nos termos da Norma NCP3 (Ativos Intangíveis).

Por fim, o processo de reconciliação do Balanço de Abertura do SNC-AP a 01/01/2020, que deriva dos ajustamentos de transição do referencial contabilístico do POCAL a 31/12/2019 para o SNC-AP, teve como estratégia implementar o SNC-AP, de uma forma consistente e fidedigna.

Assim, da conversão do POCAL para o SNC-AP, dá-se destaque às seguintes situações que são impactantes na leitura das demonstrações financeiras:



- 1) No que concerne aos ativos fixos tangíveis, e tal como se referenciou anteriormente, o imobilizado em curso estava inscrito nas demonstrações financeiras do POCAL, mas não era parte do Sistema de Inventário e Cadastro (SIC) agora renomeado SNP (Sistema de Normalização do Património). Com isto, no processo de transição entre referenciais contabilísticos houve a necessidade de reapreciar todos os investimentos em cursos relevados à luz do POCAL, e verificar se os mesmos reuniam condições de serem reconhecidos à luz do SNC-AP.
- 2) Do processo de reconciliação do balanço de abertura, foram analisados todos os proveitos diferidos reconhecidos à luz do POCAL, relativamente à existência de eventuais condições objetivas, caso que não se verificou.
- 3) Foram considerados na rubrica de outras variações no património líquido a totalidade dos subsídios ao investimento qualificados pelos serviços como subsídios sem condições.

Os principais ajustamentos decorrentes da transição para o SNC-AP, foram reconhecidos na conta 564 – Ajustamentos de Transição para o SNC-AP, nomeadamente atualização das vidas úteis dos AFT.

Todos os movimentos decorrem da adoção pela primeira vez do SNC-AP, designadamente nos ativos fixos tangíveis, ativos intangíveis e diferimentos (subsídios ao investimento – nota 18.2.1) que tiveram contrapartida no património líquido, na rubrica de outras variações no património líquido.

Para efeitos da adoção da NCP 14 à data de transição para o SNC-AP, foram analisados os saldos transitados da conta 274 – Subsídios ao Investimento (POCAL) foram reclassificados cerca de 9.565.833€ para outras variações no património líquido (conta 593 - Transferências e subsídios de capital) qualificados pelos serviços como subsídios sem condições.

Quadro 1 A – Reconciliação para Balanço de Abertura do SNP-AP (2020 até 01/01/2020)

RUBRICAS	NOTAS	Valores conforme POC em 31/12/2019 (1)	Reconhecimento (2)	Desconhecimento (3)	Critério de mensuração (4)	Imparidades/reversões (5)	Outros (6)	Retificações (7)	Reclassificações (8)	SNC-AP em 01/01/2020 (9)=(1)+...+(8)
ATIVO										
ATIVOS NÃO CORRENTES										
Ativos fixos tangíveis		33 317 134,04							-394 494,99	32 922 639,05
Propriedades de investimento		0,00							163 620,92	163 620,92
Ativos intangíveis		116 131,33						-3 118,46	-106 388,55	6 624,32
Participações financeiras		417 579,00								417 579,00
Sub total		33 850 844,37	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-3 118,46	-337 262,62	33 510 463,29
ATIVOS CORRENTES										
Inventários		7 940,18								7 940,18
Devedores por transferências e subsídios		58 769,52							-164,14	58 605,38
Clientes, contribuintes e utentes		104 315,14							164,13	104 479,27
Estado e outros entes públicos		979,72								979,72
Outras contas a receber		878 450,39								878 450,39
Diferimentos		24 964,45								24 964,45
Caixa e depósitos		534 130,62							0,01	534 130,63
Sub total		1 609 550,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 609 550,02
TOTAL DO ATIVO		35 460 394,39	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-3 118,46	-337 262,62	35 120 013,31

[Handwritten signatures and initials]

Quadro 1 B – Balanço a 01 de Janeiro de 2020

RUBRICAS	NOTAS	Valores conforme POC em 31/12/2019	Reconhecimento	De reconhecimento	Critério de mensuração	Imparidades/reversões	Outros	Retificações	Reclassificações	SNC-AP em 01/01/2020
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)=(1)+...+(8)
PATRIMÓNIO LÍQUIDO										
Património/Capital		3 901 527,41								3 901 527,41
Resultados transitados		-8 250 004,62						-3 118,46	-337 262,62	-8 590 385,70
Outras variações no património líquido									9 565 833,01	9 565 833,01
TOTAL DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO		-4 348 477,21	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-3 118,46	9 228 570,39	4 876 974,72
PASSIVO										
PASSIVO NÃO CORRENTE										
Provisões		2 577 099,86								2 577 099,86
Financiamentos obtidos		26 374 340,24								26 374 340,24
Outras contas a pagar		106 402,47								106 402,47
Sub total		29 057 842,57	0	0	0	0	0	0	0	29 057 842,57
PASSIVO CORRENTE										
Credores por transferências e subsídios concedidos										
Fornecedores		9 586,43								9 586,43
Estado e outros entes públicos		32 063,37							-10,79	32 052,58
Financiamentos obtidos		661 695,96								661 695,96
Fornecedores de investimentos		676,50								676,50
Outras contas a pagar		481 173,76							10,79	481 184,55
Diferimentos		9 565 833,01							-9 565 833,01	0,00
Sub total		10 751 029,03	0	0	0	0	0	0	-9 565 833,01	1 185 196,02
TOTAL DO PASSIVO		39 808 871,60	0	0	0	0	0	0	-9 565 833,01	30 243 038,59
TOTAL DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO E DO PASSIVO		35 460 394,39	0	0	0	0	0	-3118,46	-337 262,62	35 120 013,31



Nota 1 - Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico

1 – Identificação da Entidade e período de Relato - encontra-se parte no ANEXO III (caracterização da entidade) e no ANEXO IV (Organograma).

2 - Referencial Contabilístico e Demonstrações Financeiras

a) Indicação de que foi aplicado o referencial contabilístico SNC-AP e justificação das disposições deste normativo que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

As demonstrações financeiras apresentadas têm como referencial contabilístico o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-lei nº 195/2015, de 11 de setembro.

As demonstrações financeiras foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos do Município, mantidos de acordo com as disposições do Sistema de Normalização Contabilística – AP. Os pressupostos subjacentes, características qualitativas das Demonstrações Financeiras e normas contabilísticas adequadas foram aplicados com ponderação. As contas apresentadas expressam, com clareza, uma imagem verdadeira e apropriada do património, da posição financeira e dos resultados das operações realizadas no período a que se reportam. Adotaram-se, também, as práticas contabilísticas consignadas na legislação fiscal em vigor.

Derrogações de disposições do SNC-AP

Não existiram, no decorrer do exercício, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC-AP que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada das demonstrações financeiras.

b) Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior.

Conforme referido na supracitada nota 0, as presentes demonstrações financeiras são as primeiras apresentadas de acordo com as NCP. Dado que a data de transição para este novo referencial foi o dia 1 de janeiro de 2020, os valores referentes ao período findo em 31 de

dezembro de 2019 não foram reexpressos, pelo que não são comparáveis para algumas rubricas das demonstrações financeiras.

c) Desagregação dos saldos de caixa e seus equivalentes.

Quadro 2 – Desagregação de saldos

Conta	2020	2019
Caixa	2 254,64 €	245,09 €
Depósitos à ordem		
Depósitos bancários à ordem	1 142 786,74 €	479 633,54 €
Outros depósitos		
Depósitos a prazo		
Depósitos consignados	104 035,56 €	54 251,99 €
Total	1 249 076,94 €	534 130,62 €

Nota 2 - Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP) e são apresentadas em euros.

2.1 — Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas respeitam o previsto na NCP 1 – Estrutura e conteúdo das Demonstrações Financeiras.

2.1.1 – Apresentação apropriada em conformidade com a SNC-AP

As demonstrações financeiras apresentadas são o espelho fiel dos efeitos das transações, acontecimentos e condições, de acordo com as definições e critérios de reconhecimento de ativos, passivos, rendimentos e gastos estabelecidos na Estrutura Concetual e nas NCP. A aplicação das NCP, com divulgações adicionais quando necessário, resulta em demonstrações financeiras que permitem uma apresentação apropriada.

[Handwritten signatures]

2.1.2 – Informação comparativa

A informação comparativa foi divulgada com respeito ao período anterior para todas as quantias relatadas nas demonstrações financeiras. Na execução das operações no decurso de 2020, e já no âmbito do SNC-AP, a promoção da informação comparativa nem sempre é possível, tendo em conta o critério das características da informação financeira custo/benefício, descrito na estrutura conceptual do SNC-AP, porém, a mesma consta nas notas às demonstrações financeiras quando for relevante para a compreensão das demonstrações financeiras do período corrente.

2.1.3 – Consistência de apresentação

As demonstrações financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação (sempre que possível), quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste anexo.

2.1.4 – Materialidade e agregação

As demonstrações financeiras resultam do processamento de grandes quantidades de transações ou de outros acontecimentos que são agregados em classes e contas principais de acordo com a sua natureza ou função.

Os itens não materiais individualmente, foram agregados com outros itens quer naquelas demonstrações quer nas notas às demonstrações financeiras.

2.1.5 – Compensação

Nas demonstrações financeiras os ativos e os passivos e os rendimentos e os gastos são apresentados e relatados separadamente, não havendo lugar a compensação.

2.1.6 – Continuidade

Quando se preparam demonstrações financeiras, deve ser feita uma avaliação da capacidade de uma entidade prosseguir em continuidade. Esta avaliação deve ser feita por quem é responsável pela aprovação dessas demonstrações.

As demonstrações financeiras foram preparadas numa base de continuidade, não havendo quaisquer incertezas relacionadas com acontecimentos ou condições que possam lançar dúvida significativa sobre a capacidade da sua continuidade ou necessidade de redução ou liquidar atividades.



2.2 — Outras políticas contabilísticas relevantes

2.2.1 Ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento

Todos os bens do ativo fixo tangível do Município encontram-se mensurados pelo custo histórico, ou seja, aquele que decorre do valor de aquisição ou produção. Este valor é suportado pelo documento comprovativo da aquisição, nomeadamente (faturas, contratos, etc.).

2.2.2 Ativos intangíveis

À semelhança do referido anteriormente nos ativos tangíveis, todos os bens do ativo intangível encontram-se mensurados pelo seu custo, sendo que, com a entrada no Sistema de Normalização Contabilística SNC-AP, e nos termos da Norma NCP3 (Ativos Intangíveis), procedeu-se ao levantamento dos bens que não acarretam benefícios económicos para o Município, nomeadamente licenças e softwares de computadores, uma vez que os mesmos haviam sido anteriormente classificados como ativos e não como gastos.

2.2.3 Depreciações e amortizações

As depreciações e amortizações correspondem à desvalorização normal dos ativos fixos, decorrentes do gasto com a sua utilização, sendo o método das quotas constantes (ou da linha reta) o método utilizado, considerando a vida útil de referência que consta no Classificador Complementar 2 do Plano de Contas Multidimensional, publicado no Anexo ao Decreto-lei nº 192/2015, de 11 de setembro.

2.3.4 Inventários

A mensuração de inventários é efetuada pelo custo de aquisição.

2.3.5 Rendimentos

O rendimento é reconhecido quando for provável que fluam para a entidade benefícios económicos futuros ou potencial de serviço e estes benefícios possam ser mensurados com fiabilidade.

2.3.6 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros encontram-se mensurados de acordo com os seguintes critérios:

- As contas dos clientes, contribuinte e utentes estão mensuradas ao custo menos qualquer perda de imparidade e as dívidas de "outros terceiros" ao custo.
- As dívidas de clientes, contribuinte e utentes ou de outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.
- As contas de fornecedores e de outros terceiros encontram-se mensuradas pelo método do custo.
- As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.
- Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis.
- As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas "Outras contas a receber e outras contas a pagar" e "Diferimentos".

2.3.7 Provisões

As provisões são reconhecidas quando se verifica cumulativamente as seguintes condições:

- i. Exista uma obrigação presente como resultado de um acontecimento passado;
- ii. Seja provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos será necessário para liquidar a obrigação;
- iii. Possa ser efetuada uma estimativa fiável da quantia da obrigação.

2.3.8 Benefícios dos empregados

Os benefícios de empregados de curto prazo incluem salários, ordenados, subsídio de refeição, subsídio de férias e de natal e quaisquer outras retribuições definidas na lei, ou pelo órgão executivo. As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que o trabalho é prestado, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o respetivo pagamento.

[Handwritten signature and initials]

Nota 3 - Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade.

Em 2020, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis encontra-se nos quadros seguintes, sendo que se destaca, conforme já referido anteriormente, que com a entrada no Sistema de Normalização Contabilística SNC-AP, e nos termos da Norma NCP3 (Ativos Intangíveis), procedeu-se ao levantamento/desreconhecimento dos bens que não acarretam benefícios económicos para o Município, nomeadamente licenças e softwares de computadores registados na conta "Programas de computador de informação", uma vez que os mesmos haviam sido classificados, nos exercícios económicos anteriores, como ativos e não como gastos.

Quadro 3 - Variação das Amortizações e Perdas por Imparidades Acumuladas

RUBRICAS	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta (1)	Amortizações Acumuladas (2)	Perdas por Imparidade Acumuladas (3)	Quantia escriturada (4)=(1)-(2)-(3)	Quantia Bruta (5)	Amortizações Acumuladas (6)	Perdas por Imparidade Acumuladas (7)	Quantia escriturada (8)=(5)-(6)-(7)
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	194 006,80	175 537,47	0,00	18.469,33	194 006,80	188 812,60	0,00	5 194,20
Programas de computador e sistemas de informação	301 667,20	204.005,20	0,00	97.662,00	532 189,15	498 299,83	0,00	33 889,32
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos intangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	495 674,00	379.542,67	0,00	116.131,33	726 195,95	687 112,43	0,00	39 083,52

Quadro 4- Quantia Escriturada e Variações do Período

RUBRICAS	Quantia Escriturada Inicial	Variações							Quantia Escriturada Final
		Adições	Transf. Internas	Revaloriz.	Reversões e Perdas	Perdas por Imparidade	Amortiz. Período	Diminuições	
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	18 469,33	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-13 275,13	0,00	5 194,20
Programas de computador e sistemas de informação	97 662,00	230 521,95	0,00	0,00	0,00	0,00	-63 772,68	0,00	33 889,32
Propriedade Industrial e intelectual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos intangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	116 131,33	230 521,95	0,00	0,00	0,00	0,00	-77 047,81	0,00	39 083,52

Quadro 5 - Adições

RUBRICAS	Adições										
	Internas	Compra	Cessão	Transf. Ou	Exprop.	Doação	Doação em Pagamento	Locação	Fusão	Outras	Total
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador e sistemas de informação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	230 521,95	230 521,95
Propriedade industrial e intelectual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos intangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0	0	0	0	0	0	0	0	0	230 521,95	230 521,95

Quadro 6 - Diminuições

RUBRICAS	Diminuições				
	Alienações a título	Transferência ou troca	Fusão, cisão, reest.	Outras	Total
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador e sistemas de informação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedade industrial e intelectual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos intangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Nota 4 - Acordos de concessão de serviços: concedente

O Município não tem contratos de concessão.

Nota 5 - Ativos fixos tangíveis

Os bens do ativo fixo tangível foram mensurados pelo seu custo e o gasto de depreciação dos ativos inicia quando fica disponível para uso e cessa quando o ativo é desreconhecido. O Município utiliza o método das quotas constantes (ou da linha reta) para calcular as depreciações.

Os custos de manutenção, conservação e reparação são reconhecidos como gastos do período em que ocorrem.

De acordo com esta norma é evidenciado que estes devem ser reconhecidos se for provável que benefícios económicos futuros fluam para a entidade e que o custo possa ser mensurado. Contudo, face à missão das entidades públicas, acresce que o reconhecimento de ativos fixos tangíveis pode nestes casos derivar do potencial do serviço associado ao bem, situação esta que se aplica aos bens de domínio público em curso do Município.

Na sequência do levantamento entre os bens imóveis descritos, efetuado a partir do sector do património e comparativamente com os registos contabilísticos dos exercícios anteriores, verificou-se que ainda existem imóveis que não têm registo na conservatória de registo predial e outros sem inscrição matricial. No entanto encontra-se em processo a regularização do registo na Conservatória do Registo Predial e inscrição matricial dos referidos bens.

Assim, em 2020, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos tangíveis encontra-se de seguida.

Quadro 7 - Variação das Depreciações e Perdas por Imparidades Acumuladas

RUBRICAS	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta (1)	Depreciações Acumuladas (2)	Perdas por Imparidade Acumuladas (3)	Quantia escriturada (4)=(1)-(2)-(3)	Quantia Bruta (5)	Depreciações Acumuladas (6)	Perdas por Imparidade Acu- mula- das (7)	Quantia escriturada (8)=(5)-(6)-(7)
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Terrenos e recursos naturais	1 140 806,03	679 796,93	0,00	461 009,10	1 140 806,03	711 727,59	0,00	429 078,44
Edifícios e outras construções	1 694 044,13	592 332,74	0,00	1 101 711,39	1 851 650,81	751 651,77	0,00	1 099 999,04
Infraestruturas	29 869 877,62	20 458 364,89	0,00	9 411 512,73	30 237 404,51	22 032 889,05	0,00	8 204 515,46
Património histórico, artístico e cultural	38 864,28	0,00	0,00	38 864,28	38 864,28	0,00	0,00	38 864,28
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	137 523,28	0,00	0,00	137 523,28
Bens de domínio público em curso	385 262,31	0,00	0,00	385 262,31	737 777,01	0,00	0,00	737 777,01
Outros ativos fixos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	4 743 687,00	0,00	0,00	4 743 687,00	4 743 687,00	0,00	0,00	4 743 687,00
Edifícios e outras construções	23 988 763,97	6 566 288,82	0,00	16 268 080,13	23 826 746,52	8 459 784,62	0,00	15 366 961,00
Equipamento básico	978 373,09	749 546,12	0,00	228 826,97	1 046 958,11	835 791,69	0,00	211 166,42
Equipamento de transporte	1 492 212,45	1 277 318,06	0,00	214 894,39	1 525 746,13	1 358 568,52	0,00	167 177,61
Equipamento administrativo	635 466,41	406 473,77	0,00	228 992,64	569 279,75	434 666,75	0,00	134 613,00
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	508 092,39	432 503,76	0,00	75 588,63	510 867,50	443 538,93	0,00	67 328,57
Ativos fixos tangíveis em curso	158 704,47	0,00	0,00	158 704,47	305 206,82	0,00	0,00	305 206,82
TOTAL	65 634 154,15	31 162 625,09	0,00	33 317 134,04	66 672 517,75	35 028 618,92	0,00	31 643 898,83

Quadro 8 - Quantia Escriturada e Variações do Período

RUBRICAS	Quantia Escriturada Inicial	Adições	Transferências internas	Revalorizações	Reversões de perdas por imparidade	Perdas por impandade	Depreciações do período	Diminuições	Quantia Escriturada Final
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural									
Terrenos e recursos naturais	461 009,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-31 930,66	0,00	429 078,44
Edifícios e outras construções	-116 666,60	17 699,70	139 906,98	0,00	0,00	0,00	-156 401,83	0,00	-115 461,75
Infraestruturas	9 411 512,73	111 935,46	256 597,57	0,00	0,00	0,00	-1 552 057,24	-1 006,14	8 226 982,38
Património histórico, artístico e cultural	38 864,28	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	38 864,28
Outros	0,00	137 523,28	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	137 523,28
Bens de domínio público em curso	385 262,31	352 514,70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	737 777,01
Ativos fixos em concessão									
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis									
Terrenos e recursos naturais	4 743 687,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4 743 687,00
Edifícios e outras construções	17 586 061,58	68 504,50	0,00	0,00	0,00	0,00	-525 403,87	-230 521,95	16 614 007,50
Equipamento básico	206 331,61	79 486,15	0,00	0,00	0,00	0,00	-56 737,18	-10 901,13	218 179,45
Equipamento de transporte	199 063,88	33 533,68	0,00	0,00	0,00	0,00	-65 419,95	0,00	167 177,61
Equipamento administrativo	228 808,26	31 571,87	0,00	0,00	0,00	0,00	-27 980,16	-97 758,53	134 641,44
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	14 495,43	3 839,36	0,00	0,00	0,00	0,00	-11 035,17	-1 064,25	6 235,37
Ativos fixos tangíveis em curso	158 704,46	146 502,36	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	305 206,82
TOTAL	33 317 134,04	983 111,06	396 504,55	0,00	0,00	0,00	-2 426 966,06	-341 252,00	31 643 898,83

[Handwritten signatures and initials]

Quadro 9 – Adições

RUBRICAS	Adições										
	Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Expropriação	Doação, herança e outros	Doação em Pagamento	Locação Financeira	Fusão, cisão e reestruturação	Outras	Total
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural											
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	2 263,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15 436,50	17 699,70
Infraestruturas	0,00	74 499,53	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	37 435,93	111 935,46
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	19 037,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	118 485,68	137 523,28
Bens de domínio público em curso	0,00	352 514,70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	352 514,70
Ativos fixos em concessão											
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis											
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	29 811,75	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	38 692,75	68 504,50
Equipamento básico	0,00	64 315,56	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15 170,59	79 486,15
Equipamento de transporte	0,00	4 884,03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	28 649,65	33 533,68
Equipamento administrativo	0,00	31 571,87	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	31 571,87
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	3 839,36	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3 839,36
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00	146 502,36	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	146 502,36
TOTAL	0,00	729 239,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	253 871,10	983 111,06

Quadro 10 – Diminuições

RUBRICAS	Alienações a título oneroso	Transferência ou troca	Devolução ou reversão	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	-1 006,14	-1 006,14
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	-230 521,95	-230 521,95
Equipamento básico	0,00	0,00	0,00	0,00	-10 901,13	-10 901,13
Equipamento de transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	-150,00	0,00	0,00	0,00	-97 608,53	-97 758,53
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	-1 064,25	-1 064,25
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	-150,00	0,00	0,00	0,00	-342 102,00	-341 252,00

Nota 6 - Locações

O Município não tem contratos de locação operacional.

Nota 7 - Custo de empréstimos obtidos

Ver documento no Anexo V

Nota 8 - Propriedades de investimento

As propriedades de investimento são mensuradas ao custo. O custo de aquisição compreende o seu preço de compra e quaisquer outros gastos que lhe sejam diretamente imputáveis. De seguida apresenta-se o quadro com as propriedades de investimento no início e no final do ano.

A rubrica do Balanço de Propriedades de Investimento apresenta o valor de 105.393,53€ que não corresponde efetivamente a bens com aquela função, mas estão assim evidenciados em resultado de problemas de parametrização da nova aplicação informática do SNC-AP, e será objeto de ajustamento no próximo exercício. Este valor deveria integrar a rubrica de Ativos Fixos Tangíveis, pelo que nem o Ativo não Corrente, nem o Ativo, nem o Património Líquido sofre alguma alteração devido a este facto.

[Handwritten signature]
[Handwritten 'F']
[Handwritten signature]

Quadro 11- Quantia Escriturada e Variações do Período

RUBRICAS	Quantia Escriturada Inicial	Variações						Quantia Escriturada Final
		Adições	Transf. Internas	Depreciações do período	Perdas por imparidade	Dif. Cambiais	Diminuições	
Bens de Domínio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Terrenos e Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e Outras Construções	0,00	0,00	-396 504,55	-166 730,09	0,00	0,00	0,00	105 393,53
Outras PI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PI em Curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	-396 504,55	-166 730,09	0,00	0,00	0,00	105 393,53

Quadro 12 - Adições: Modelo de Custo

RUBRICAS	Adições									Total
	Internas	Compta	Cessão	TRF ou Troca	Doação, herança, legado	Doação em pagamento	Locação Financeira	Fusão, cisão, Reest.	Outras	
Bens de Domínio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Terrenos e Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e Outras Construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras PI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PI em Curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Nota 9 – Imparidade de ativos

Quadro 13 – Imparidades de Ativos

Classe	Quantia Bruta	Perdas por imparidade Acumulada	Reversão de Imparidades	Quantia Recuperável
Outros instrumentos financeiros a curto prazo	0,00	0,00	0,00	0,00
Devedores e credores por transferências, subsídios e empréstimos bonificados	58 619,98	0,00	0,00	58 619,98
Clientes, contribuintes e utentes	109 559,30	11 442,29	0,00	98 117,01
Fornecedores	5 991,71	0,00	0,00	5 991,71
Pessoal	0,00	0,00	0,00	0,00
Acionistas/sócios/associados	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras contas a receber	930 151,11	0,00	0,00	930 151,11
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	7 632,49	0,00	0,00	7 632,49
Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiantamentos por conta de compras	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos financeiros	417 579,00	0,00	0,00	417 579,00
Propriedades de investimento	105 393,53	0,00	0,00	105 393,53
Ativos fixos tangíveis	30 600 915,00	0,00	0,00	30 600 915,00
Ativos intangíveis	39 083,52	0,00	0,00	39 083,52
Investimentos em curso	1 042 983,83	0,00	0,00	1 042 983,83
TOTAL	32 711 152,44	11 442,29	0,00	32 699 710,15

Nota 10 - Inventários

[Handwritten signature]
[Handwritten mark]
[Handwritten mark]

A mensuração de inventários foi efetuada pelo custo de aquisição. O sistema de inventário adotado é o permanente, mensurado ao custo médio ponderado.

Apresenta-se o quadro com a informação dos valores da conta de inventários e os movimentos do período.

Quadro 14 - Inventários

Ativo	Quantia escriturada	Imparidade acumulada	Quantia recuperável
Mercadorias			
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	7.632,49	0,00	7.632,49
Produtos acabados e intermédios			
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos			
Produtos e trabalhos em curso			
Total	7.632,49	0,00	7.632,49

Nota 13 - Rendimento de transações com contraprestação

As notas têm por objetivo prescrever o tratamento contabilístico do rendimento proveniente de transações e acontecimentos que tenham uma contraprestação, destacando como aspeto principal a determinação do momento do reconhecimento.

O rendimento é reconhecido quando for provável que fluam para a entidade benefícios económicos futuros ou potencial de serviço e estes benefícios possam ser mensurados com fiabilidade.

De seguida apresenta-se o detalhe destes rendimentos.

[Handwritten signature and initials]

Quadro 15 - Rendimentos com Contraprestação

Tipo de rendimento	Rendimento do período reconhecido em		Quantias por receber		Adiantamentos recebidos
	Resultados	Patrimônio líquido	Início do período	Final do Período	
Taxas, multas e outras penalidades					
Taxas específicas das autarquias locais	110 431,49	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas e outras penalidades	2 210,89	0,00	0,00	0,00	0,00
Vendas					
Mercadorias	14,24	0,00	0,00	0,00	0,00
Produtos acabados e intermédios	231,88	0,00	0,00	0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos					
Outros					
Prestação de serviços					
Resíduos sólidos					
Serviços específicos das Autarquias locais	151 962,28	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessões	136 955,22	0,00	0,00	0,00	0,00
Mercados e feiras					
Refeições escolares					
Serviços recreativos					
Vistórias e ensaios	637,50	0,00	0,00	0,00	0,00
Aluguer de espaços					
Outros	1 630,22	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros rendimentos					
Rendimentos suplementares	11 708,32	0,00	0,00	0,00	0,00
Rendas/Concessões					
Rendimentos em investimentos não Financeiros	233 004,32	0,00	0,00	0,00	0,00
Correções relativas a períodos anteriores	33 642,72	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras não especificados	832 033,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros, dividendos e outros rendimentos similares					
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	2 949,65	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	1 517 411,73	0,00	0,00	0,00	0,00

Nota 14 - Rendimento de transações sem contraprestação

As transações sem contraprestação subdividem-se em impostos e transferências. Os impostos são benefícios económicos ou potencial de serviço obrigatoriamente pagos ou a pagar a entidades públicas, de acordo com disposições legais adequadas, criadas para proporcionar rendimento às administrações





públicas. As transferências são influxos de benefícios económicos futuros ou potencial de serviço provenientes de transações sem contraprestação que não sejam impostos.

De seguida apresenta-se o detalhe destes rendimentos.

Quadro16 - Rendimentos sem Contraprestação

Tipo de rendimento	Rendimento do período reconhecido em		Quantias por receber		Adiantamentos recebidos
	Resultados	Património líquido	Início do período	Final do Período	
Impostos diretos					
Derrama	29 442,62	0,00	0,00	0,00	0,00
Imposto municipal sobre imóveis	534 248,70	0,00	0,00	0,00	0,00
Imposto único de circulação	99 618,45	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos indiretos					
Impostos Indiretos específicos das Autarquias Locais	94 527,90	0,00	0,00	0,00	0,00
Imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis	33 245,33	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	285,50	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências e subsídios correntes obtidos					
Estado	4 328 224,19	0,00	0,00	0,00	0,00
Segurança Social	52 469,14	0,00	0,00	0,00	0,00
Famílias	12 079,87	0,00	0,00	0,00	0,00
Resto do Mundo	123 047,59	0,00	0,00	0,00	0,00
Reversões					
De provisões	222 198,44	0,00	0,00	0,00	0,00
Imputação de subsídios e transferências para investimentos	653 284,36	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	6 182 672,09	0,00	0,00	0,00	0,00

Nota 15 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

No exercício de 2020 as provisões para riscos e encargos foram reduzidas no montante líquido de 222.198,44€, relativamente maioritariamente ao processo referido no quadro anterior à entidade Recilead, Lda, uma vez que a provisão estava constituída por 445.727,53 euros, tendo sido proferida sentença já em 2021, que condenou o Município a pagar 120.0000,00 € acrescidos de juros de mora desde a citação até ao efetivo e integral pagamento, e custas de parte, no total de 175.529,09€.

Paralelamente as provisões para riscos e encargos foram reforçadas em 72.000,00€ quanto a três contraordenações da Agência Portuguesa do Ambiente e reduzida quanto a uma contraordenação que foi arquivada (24.000€).

Quadro17 – Processos em curso

N.º do Processo	Autor	Valor
750/15.7BECTB	Águas de Lisboa e Vale do Tejo, SA	327 259,65
301/14.0BECTB	Águas de Lisboa e Vale do Tejo, SA	31 000,00
745/14.8BECTB	Águas de Lisboa e Vale do Tejo, SA	180 602,30
418/15BECTB	Águas de Lisboa e Vale do Tejo, SA	158 023,78
535/16.3BECTB	Águas de Lisboa e Vale do Tejo, SA	412 136,72
523/17.2BECTB	Águas de Lisboa e Vale do Tejo, SA	721 925,86
268/18.6BECTB	Águas de Lisboa e Vale do Tejo, SA	71 563,66
27/15.8BECTB	José Francisco Caseiro	50 706,89
465/14.3BECTB	Recilead, Lda.	175 529,09
12012017060000000000000000	Coima AT - Processo Reembolso IVA 2017	12 219,00
ARHC.DAAF.00083.2018	Agência Portuguesa do Ambiente	24 000,00
ARHC.DAAF.00128.2018	Agência Portuguesa do Ambiente	24 000,00
13592/18/NPA	SEPNA do Comando Territorial da Guarda	1 600,00
13595/18/NPA	SEPNA do Comando Territorial da Guarda	1 600,00
13593/18/NPA	SEPNA do Comando Territorial da Guarda	1 600,00
202/18.3BECTB	José Severino Soares Miranda	11 289,29
24344/2018	Entidade Reg. dos Serviços de Águas e Resíduos	1 250,00
62/2019PCOPF	Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro	750,00
ARHC.DAAF.00035.2020	Agência Portuguesa do Ambiente	24 000,00

ARHC.DAAF.00033.2020	Agência Portuguesa do Ambiente	24 000,00
ARHC.DAAF.00166.2020	Agência Portuguesa do Ambiente	24 000,00
TOTAL		2 354 901,42

Não foram constituídas provisões para os restantes processos em curso, nomeadamente, interpostos por terceiros ao Município de Fornos de Algodres, uma vez que o valor envolvido de indemnizações reclamadas e a probabilidade de existirem exfluxos é impossível de mensurar com suficiente fiabilidade.

Nota 17 - Acontecimentos Após a data de relato

A preparação das demonstrações financeiras teve início em março e vai até à data de aprovação pelo órgão executivo, a ter lugar em junho de 2021.

Quando ocorrem eventos subsequentes à data do balanço que demonstram a evidência de condições que já existiam à data do balanço, o impacto desses eventos é ajustado nas demonstrações financeiras. Caso contrário, eventos subsequentes à data do balanço com uma natureza e dimensão material são descritos nesta nota.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Nota 18 – Instrumentos Financeiros

18.1 Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras.

Os instrumentos financeiros encontram-se mensurados pelo seu valor de custo.

18.2. Quantia escriturada de cada uma das categorias de ativos financeiros e passivos financeiros, no total e para cada um dos tipos significativos de ativos e passivos financeiros de entre cada categoria.

Os instrumentos financeiros encontram-se mensurados pelo seu valor de custo.

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]
[Handwritten mark]

18.2.1. Fornecedores/clientes, contribuinte e utentes/outras contas a receber e a pagar/diferimentos

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, as rubricas de clientes/fornecedores/outras contas a receber e a pagar e pessoal apresentavam a seguinte decomposição:

Rúbricas do Ativo	2020	2019	Variação 2020-2019
Ativo Corrente			
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	58 619,98	58 769,52	149,54
Cliente, contribuintes e utentes	98 117,01	104 315,14	-6 198,13
Outras contas a receber	930 151,11	878 450,39	51 700,72
Passivo não corrente			
Provisões	2 354 901,42	2 577 099,86	-222 198,44
Financiamentos Obtidos	26 870 612,21	26 374 340,24	496 271,97
Outras contas a pagar	106 402,47	106 402,47	0,00
Passivo Corrente			
Fornecedores	5 991,71	9 586,43	-3 594,72
Estado e outros entes públicos	38 369,76	32 063,37	6 306,39
Financiamentos Obtidos	0,00	661 695,96	-661 695,96
Fornecedores de investimentos	0,00	676,50	-676,50
Outras contas a pagar	499 701,32	481 173,76	18 527,56

A informação agora apresentada teve o cuidado de reconhecer em 2020, e no ano comparativo (reexpresso em SNC-AP), no passivo corrente todos os valores que serão reconhecidos no prazo máximo de 12 meses e no passivo não corrente todos aqueles que ultrapassam essa previsão de reconhecimento.

Assim, no fundo, as contas a receber e a pagar e de diferimentos respeitam, na sua quase totalidade, à especialização das participações.

A conta dos "Clientes, contribuintes e utentes" respeita essencialmente a dívidas dos munícipes e a conta "Fornecedores" respeita a fornecedores de conta corrente e o seu valor, resulta, da prestação de serviços e compras realizadas pelo Município.



18.2.2 Participações Financeiras

Rubrica	Quantia escriturada inicial	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final
		Compras	Ganhos de justo valor	Reversões de perdas por imparidade	Outros	Alienações	Perdas de justo valor	Perdas por imparidade	Outros	
Participações financeiras - custo										
Investimentos noutras entidades										
Participações de Capital										
- FAM - Fundo de Apoio Municipal	205 659,00									205 659,00
Outras Participações de Capital										
- Águas do Zêzere e Côa	116 550,00									116 550,00
- RESISTRELA	49 370,00									49 370,00
- Terras Serranas, SA	22 500,00									22 500,00
- Fornos Vda, SA	7 500,00									7 500,00
- CESAB	16 000,00									16 000,00
Total	417 579,00									417 579,00

18.2.3 Transferências e subsídios concedidos

Nas transferências e subsídios concedidos refletidos nos resultados do exercício de 2020, os valores são os abaixo mencionados.

Descrição	Valor
Transferências Correntes	415 817,95
Transferências de Capital	5 000,00
Subsídios	0,00
Outros	0,00

Nota 19 - Benefícios dos Empregados

19.1 Benefícios Definidos

Os benefícios de empregados de curto prazo incluem salários, ordenados, subsídio de refeição, subsídio de férias e de natal e quaisquer outras retribuições definidas na lei, ou pelo órgão executivo.

Todo o pessoal ao serviço foi remunerado de acordo com as funções durante o exercício. As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que o trabalho é prestado, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o respetivo pagamento.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídios de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago

durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes, encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Nota 20 - Divulgações de partes relacionadas

Não aplicável ao Município.

Nota 23 – Outras divulgações

23.1 A proposta de aplicação de resultados ou, se aplicável, a aplicação de resultados.

O resultado líquido do período de 2020, no montante de 381.654,35 euros será aplicado em:

- Resultados transitados – 381.654,35 €

23.2 Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, a rubrica de «Estado e outros entes públicos» apresentava a seguinte decomposição:

Rúbricas do Ativo	2020	2019	Variação 2020/19
Estado e outros entes públicos	3 105,94	979,72	2 126,22
Rúbricas do Passivo	2020	2019	Variação 2020/19
Estado e outros entes públicos	38 369,76	32 063,37	6 306,39

As retenções de IRS e as contribuições para a Segurança Social e CGA evidenciam as retenções contribuições efetuadas no mês de dezembro 2020 e pagas em janeiro 2021.

Todos os saldos apresentados encontram-se dentro dos prazos legais para o seu pagamento, não tendo o Município quaisquer dívidas em mora ao Estado, CGA e à Segurança Social.



23.3 Património Líquido

Explicação e justificação dos movimentos ocorridos no período em cada uma das rubricas do património líquido:

Rúbricas do Ativo	2020	2019	Varição 2020-19
Património /Capital	3 901 527,41	3 901 527,41	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00
Resultados Transitados	-8 593 504,16	-8 298 196,03	- 295 308,13
Outras variações no Património Líquido	8 992 793,96	0	8 992 793,96
Resultado líquido do período	381 654,35	48 191,41	333 462,94
Total do Património Líquido	4 682 471,56	- 4 348 477,21	9 030 947,77

O património líquido passou a totalizar 4.682.471,56 €, sendo que importa relevar o montante expresso na conta de “Outras variações no Património Líquido” que resulta da primeira adoção de novo referencial contabilístico relativa à reclassificação de transição para SNC-AP, conforme descrito anteriormente no mapa “Demonstração das Alterações no Património Líquido”.

Rúbricas	SALDO INICIAL	AUMENTOS	DIMINUIÇÕES	SALDO FINAL
Património /Capital	3 901 527,41	0,00	0,00	3 901 527,41
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados Transitados	-8 298 196,03	0,00	295 308,13	- 8 593 504,16
Outras variações no Património Líquido	0	8 992 793,96	0,00	8 992 793,96
Resultado líquido do período	48 191,41	381 654,35	48 191,41	381 654,35
Total do Património Líquido	-4 348 477,21	9 374 448,31	343 499,54	4 682 471,56

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

23.4 Fornecimentos e Serviços Externos

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, a rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos apresentava a seguinte decomposição:

Fornecimentos e Serviços Externos	31/12/2020	31/12/2019
Subcontratos e parcerias	446 637,73	184 647,66
Serviços Especializados	323 226,43	537 923,09
Materiais	159 342,10	25 289,85
Energia e Fluidos	333 690,50	396 320,32
Deslocações, estadas e transportes	44 602,42	23 878,64
Serviços diversos	252 303,66	593 272,16
Total.....	1 559 802,84	1 761 331,72

Nota final

As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis ao Município ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras.

Anexo às Demonstrações Orçamentais

O Anexo às demonstrações orçamentais é composto pelos seguintes elementos:

1 – Alterações Orçamentais da Receita

Anexo X - Demonstração de Execução Orçamental da Receita

2 – Alterações Orçamentais da Despesa

Anexo XI - Demonstração de Execução Orçamental da Despesa

3 – Alterações ao Plano ao Plano Plurianual de Investimentos

Anexo XII - Demonstração de Execução do Plano Plurianual de Investimento (PPI)

4 – Operações de Teouraria

Anexo XIX – Operações de tesouraria

5 – Contratação Administrativa

Anexo XX – Mapa da Contratação Administrativa

6 – Transferências e Subsídios

Anexo XXI – Transferências e Subsídios Concedidos

Anexo XXII – Mapa dos Benefícios Obtidos



Anexos:

Anexo I – Demonstração das alterações no Património Líquido

Anexo II – Demonstração dos Fluxos de Caixa

Anexo III – Caracterização da Entidade

Anexo IV– Organograma

Anexo V– Empréstimos Obtidos

Anexo VI – Imparidade de Ativos

Anexo VII - Orçamento Inicial para 2020

Anexo VIII - Orçamento Inicial Grande Opções do Plano

Anexo IX - Demonstração do Desempenho Orçamental

Anexo X - Demonstração de Execução Orçamental da Receita

Anexo XI - Demonstração de Execução Orçamental da Despesa

Anexo XII - Demonstração de Execução do Plano Plurianual de Investimento (PPI)

Anexo XIII - Execução anual das Grandes Opções do Plano (GOP)

Anexo XIV - Execução anual das Atividades mais Relevantes (AMR)

Anexo XV - Execução do Plano Plurianual de Investimento (PPI)

Anexo XVI – Anexo às Demonstrações Orçamentais – Alterações Orçamentais da Receita

Anexo XVII – Anexo às Demonstrações Orçamentais – Alterações Orçamentais da Despesa

Anexo XVIII – Anexo às Demonstrações Orçamentais – Alteração ao Plano Plurianual de Investimentos

Anexo XIX – Operações de tesouraria

Anexo XX – Mapa da Contratação Administrativa

Anexo XXI – Transferências e Subsídios Concedidos

Anexo XXII – Mapa dos Benefícios Obtidos

Anexo XXIII – Síntese das Reconciliações Bancárias

Anexo XXIV – Parecer do Revisor